

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	31/12/2025		Número de Ações
	IRPJ	CSLL	31/12/2025
Receita Bruta tributável	16.603	16.603	1.088.859
Base de cálculo presumida	5.450	5.450	
Valor registrado no resultado	(1.347)	(491)	1.088.857
Total dos impostos e contribuições sobre a renda	(1.838)	(1.838)	2.177.716
Impostos correntes	(1.838)	(1.838)	
b) Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:			
	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31/12/2025
Rendimento aplicação financeira	-	(333)	(333)
Total	-	(333)	(333)
Parcela classificada no passivo não circulante	-	-	(333)
c) Imposto de renda e contribuição social a pagar: O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2025 apresenta a seguinte movimentação:			
Saldo em 01 de janeiro de 2025	-	1.838	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(1.781)	(1.781)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(39)	(39)
Imposto de renda e contribuição social compensados	-	-	18
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	18	-
Passivo circulante	-	18	-
11. TÍTULOS A PAGAR			
Em 31 de dezembro de 2025, temos a seguinte composição da conta de títulos a pagar:			
	31/12/2025		
Compra de terras	308.236		
Total	308.236		
Em 13 de março de 2025, conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia celebrou um contrato particular de compra e venda de imóveis rurais com a Agrícola Xingu S.A. O Valor da transação final foi de R\$ 723.000, sendo registrado um valor de ajuste a valor presente de R\$ 56.450. Em 14 de março de 2025 ocorreu o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 361.500. Em 3 de dezembro de 2025, conforme mencionado na nota 13, a Companhia cindiu parte das terras e o valor de R\$ 37.174 de títulos a pagar. Em 31 de dezembro o saldo atualizado a pagar é de R\$ 308.236 a serem pagos em março de 2026.			
12. RESULTADO FINANCEIRO			
Política Contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, que é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.			
As despesas financeiras abrangem despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ajuste a valor presente de títulos a pagar.			
Composição			
	31/12/2025		
Receitas financeiras	1.180		
Receitas de aplicações financeiras	1.180		
Total	1.180		
Despesas financeiras	(40.889)		
AVP - Títulos a pagar	(40.889)		
Outras	(1)		
Total	(40.890)		
Resultado financeiro	(39.710)		
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
a) Capital social: Em 05 de fevereiro de 2025 foi constituída a Fazenda Paladino Empreendimentos Ltda. com a integralização, em caixa, de R\$ 100 de sua controladora SLC Agrícola S.A. Em 13 de março de 2025 a SLC Agrícola S.A. realizou o aumento de capital social com integralização, em caixa, no valor de R\$ 361.401. Em 03 de dezembro, em assembleia foi aprovado a cisão parcial da Fazenda Paladino e a sua transformação em sociedade anônima. Os ativos e passivos cindidos da Companhia estão demonstrados no quadro a seguir:			
	Valor cindido		
Ativo circulante	2.500		
Caixa e equivalentes de caixa	2.500		
Ativo não circulante	395.086		
Propriedades para investimento	395.086		
Total ativo	397.586		
Passivo circulante	37.174		
Títulos a pagar	37.174		
Patrimônio líquido	360.412		
Capital Social	360.412		
Total do Passivo	397.586		
Em 29 de dezembro de 2025, o Fundo de Investimento em Participações Agro II - Multiestratégia Responsabilidade Limitada, realizou um aporte de capital no montante de R\$ 321.324, passando a deter 50% do capital social da Companhia. De maneira a manter a igualdade de participações entre os acionistas, a diferença entre os valores aportados por cada investidor foi registrada em Reserva de Capital, na rubrica de Ágio na Emissão de Ações, conforme previsto na legislação societária aplicável, no montante de R\$ 321.215. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito, no valor de R\$ 1.198, está representado por 2.177.716 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:			
	Nível Hierárquico	Valor Contábil 31/12/2025	
Ativos		333.911	
Valor justo através do resultado		333.911	
Caixa e equivalentes de caixa	2	333.911	
Total Ativos		333.911	
Passivos		308.236	
Passivos pelo custo amortizado		308.236	
Títulos a pagar		308.236	
Total passivos		308.236	
O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.			
b) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia possui o montante de R\$ 308.236 na rubrica de títulos a pagar, com previsão de pagamento para março de 2026. c) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. d) Valor			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras			
Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas S.A. Porto Alegre-RS			
Opinião			
Examinamos as demonstrações financeiras da Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 05 de fevereiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 05 de fevereiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
Base para opinião			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras			
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
justo: Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo, arrendamentos a receber, outras contas a receber, débitos com partes relacionadas e outras contas a pagar, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.			
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Política Contábil: Receita de arrendamento: A receita de arrendamento de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de alugueis, pelo período do arrendamento. Receita de parceria rural: O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de venda, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. Parcerias operacionais (produção agrícola): A Companhia, na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua parte relacionada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos, ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra anual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja.			
			31/12/2025
Arrendamento de terras			16.401
Deduções, impostos e contribuições			(599)
Receita operacional líquida			15.802
16. DESPESA POR NATUREZA			
			31/12/2025
Despesas por função			
Custo dos arrendamentos		(124)	
Despesas gerais e administrativas		(1)	
Total		(125)	
Despesas por natureza			
Depreciação e amortização		(82)	
Matéria prima e materiais		(43)	
Total		(125)	
Conselho de Administração			
Aurélio Pavinato - Presidente Fernando Lopes Furtini - Conselheiro Robson Lazzarotto - Conselheiro Ivo Marcon Brum - Conselheiro Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro José Virgílio Lopes Enel - Conselheiro			
Diretoria			
Gustavo Macedo Lunardi Álvaro Luiz Dillli Gonçalves Ivo Marcon Brum Aurélio Pavinato			
Contador			
Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9			
Porto Alegre/RS, 26 de março de 2026.			
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Arthur Ramos Arruda Contador CRC RS-096102/O			